

POLÍTICAS PÚBLICAS DE ESPORTE NO BRASIL: UMA LEITURA A PARTIR DA NOÇÃO DE (SUB) CAMPO

Fernando Augusto Starepravo

Universidade Estadual de Maringá, Paraná, Maringá, Brasil.

Wanderley Marchi Júnior

Universidade Federal do Paraná, Paraná, Curitiba, Brasil

Resumo

O presente ensaio pretende discutir como se deu o surgimento, composição e características do subcampo político/burocrático do esporte no Brasil, sob a luz da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu.

Palavras-chave: Políticas públicas. Esporte. Subcampo político/burocrático.

Introdução

Em dossiê sobre agenda de pesquisa em políticas públicas no Brasil, apresentado por Marta Arretche, em fevereiro de 2003 à Revista Brasileira de Ciências Sociais, a organizadora aponta que é “inegável o crescimento dos estudos na área de políticas públicas no Brasil” (p. 07). Para justificar tal afirmação, a autora lista uma série de fatores, como a multiplicação das teses e dissertações relacionadas às políticas governamentais, disciplinas de políticas públicas inseridas nos diferentes cursos de graduação e pós-graduação, criação de linhas de pesquisa especialmente voltadas a este campo do conhecimento, linhas especiais de financiamento no interior das agências de fomento. Estas condições apontadas, porém, não são garantia de uma expansão consistente do campo de produção científica sobre políticas públicas. “A proliferação de trabalhos [...] não são suficientes para o desenvolvimento de uma ciência ou campo disciplinar” (ARRETCHE, 2003, p. 08). A autora, citando o trabalho de Kuhn (1976), aponta que “a aquisição de um paradigma – corpo de crenças metodológicas e teóricas comuns que orientem a seleção, avaliação e crítica dos fatos relevantes a serem observados – é condição para o desenvolvimento de um campo disciplinar” (ARRETCHE, 2003, p. 08).

Dentre as questões legítimas a serem investigadas pelo campo¹ científico/acadêmico das políticas públicas está a estrutura e funcionamento do Estado, isso porque, em geral,

¹ Segundo Bourdieu, para compreender-se realmente o sentido e funcionamento do espaço social, é necessário entender as relações entre as posições ocupadas por aqueles que podem produzir, utilizar e reproduzir um determinado *habitus*, que emana das estruturas e é internalizado pelos agentes. Espaço social esse que assume a forma específica de um campo ou subcampo. A caracterização do campo se dá por meio da definição do espaço social onde se encontram fixadas as posições, e os agentes sociais movimentam-se objetivando conquistas. Outra característica do campo é seu objeto de disputa e seus interesses específicos. Em outras palavras, o campo é definido como “o lócus onde se trava uma luta concorrencial entre os atores em torno de interesses específicos

políticas públicas são entendidas como estratégias de intervenção e regulação do Estado (e daqueles que o administram), que objetiva alcançar determinados resultados ou produzir certos efeitos no que diz respeito a um problema ou a um setor da sociedade (MENICUCCI, 2006).

Considerando apenas a produção do subcampo científico/acadêmico das políticas públicas de esporte no Brasil, observamos duas situações antagônicas no tratamento do Estado. Por um lado, temos um conjunto de obras que negligenciam a estrutura e funcionamento do Estado, tomando as políticas públicas como “questões postas” que devem ser estudadas, normalmente de forma descritiva, em sua concepção, desenho, implantação ou avaliação². No outro extremo, temos obras que se dedicam quase que exclusivamente a discutir a natureza a funcionamento do Estado, colocando em segundo plano a discussão sobre as políticas públicas de esporte (HÚNGARO, 2005; HÚNGARO; MELO, 2007; DAMASCENO, 2009; PINTO; NUNES; ALMEIDA, 2009). Nesse último caso, a orientação teórica dominante é a marxista, que enfoca o Estado e as políticas públicas de um ângulo bastante preciso – o Estado tem um caráter de classe. A relação entre Estado e capital é explicada, invariavelmente, destacando a subordinação do primeiro ao segundo.

Entre a visão atomista e a holística (representadas pelas duas correntes descritas no parágrafo anterior), entendemos que há uma interpretação alternativa, que parte do pressuposto que a política pública muitas vezes é apenas a parte mais visível de todo um processo desenvolvido num espaço social específico, que comporta disputas, relações, alianças, decisões estratégicas ou não planejadas, que envolve o Estado, mas não apenas ele. Em suma, a compreensão das políticas públicas de esporte requer mapear o espaço social onde esta é produzida; avançar no entendimento das relações entre os agentes; até, finalmente, compreender quais as políticas que foram efetivadas, quais foram preteridas, as que obtiveram êxito e aquelas que não passaram de propostas. Enfim, entendemos que a produção de políticas públicas de esporte, no Brasil, está circunscrita em um espaço social denominado subcampo político/burocrático do esporte.

Nesse sentido, o presente ensaio pretende discutir como se deu o surgimento, composição e características do subcampo político/burocrático do esporte no Brasil. Para tanto, e devido ao fato de caracterizá-lo como subcampo pressupõe que o mesmo está

que caracterizam a área em questão.” (ORTIZ, 1994, p. 19). Além disso, para a existência do campo devem existir, em seu interior, somado aos objetos de interesse e disputa, pessoas (agentes) dotadas de *habitus*, que identifiquem e legitimem as leis imanentes ao jogo (MARCHI JR., 2001). A posição de cada agente no interior do campo, por sua vez, está relacionada ao capital que dispõe, sendo compreendido em múltiplas dimensões, como econômico, social, cultural, simbólico, entre outros. Em relação à noção de subcampo, Bourdieu (1990) aponta que um pesquisador, não podendo estudar o espaço social como um todo, deveria recortar um subespaço dentro desse espaço, isto é, delimitar um subcampo a fim de desenvolver sua respectiva análise. Um segundo ponto essencial consiste em relacionar esse subcampo evidenciado aos demais subespaços que constituem o campo em questão, para então reconhecer a posição que ele ocupa na referida estrutura. Por fim, e instaurando uma dialética entre estruturas microssociológicas e macrossociológicas, outro aspecto metodológico de singular importância seria identificar o espaço das posições sociais manifestos nos subcampos e no campo em sua totalidade.

² Segundo Starepravo (2011) e Amaral e Pereira (2009), grande parte dos trabalhos publicados nos Anais dos Congressos Brasileiros de Ciências do Esporte, no GTT de Políticas Públicas, possuem tais características.

subordinado a algumas lógicas de um espaço social maior – o campo que o abriga, no caso o campo político/burocrático³, iniciaremos pela caracterização do campo político/burocrático, para na sequência adentrar na especificidade do esporte no Brasil. Como procedimentos metodológicos, recorreremos à pesquisa bibliográfica, com a releitura crítica de algumas obras que tratam das políticas públicas de esporte no Brasil, sob a luz da sociologia reflexiva de Pierre Bourdieu.

O campo político/burocrático

Para compreender em detalhes o campo político/burocrático, faz-se necessário resgatar a gênese do próprio campo burocrático, para compreensão do seu desenvolvimento histórico. Segundo Bourdieu (2007), eis porque não há instrumento de ruptura mais poderoso do que a reconstrução da gênese: ao fazer com que ressurgam os confrontos e disputas dos primeiros momentos, bem como os possíveis excluídos, ela reatualiza a possibilidade de que houvesse sido de outro e, por meio dessa utopia prática, recoloca em questão o possível que se concretizou entre todos os outros.

O processo de surgimento do Estado – na sua forma dinástica depois burocrática, do Estado reduzido à casa do rei ao Estado constituído como campo de forças e campo de lutas, orientadas para o monopólio da manipulação legítima dos bens públicos (BOURDIEU, 2005) –, foi algo longo e complexo.

O Estado dinástico surge a partir do acúmulo inicial de capital, segundo a lógica característica da casa, estrutura econômica e social absolutamente original. O rei, agindo como chefe da casa, se servia de suas propriedades (em particular, a nobreza como capital simbólico acumulado por um grupo doméstico, de acordo com um conjunto de estratégias, como o casamento) para construir um Estado, como administração e território, que escapa pouco a pouco à lógica da casa (BOURDIEU, 2005).

De toda forma, no Estado dinástico, a acumulação de capital se opera para vantagem de uma pessoa: o rei. Junto ao Estado burocrático nascente permanece a propriedade pessoal de uma casa, que continua a obedecer a um modo de gestão e reprodução patrimonial. Concentra as diferentes formas de poder, principalmente econômico e simbólico, e as redistribui de acordo com formas pessoais, que suscitam formas íntimas de relação (BOURDIEU, 2005). São ambiguidades de um sistema de governo, que mistura o doméstico e o político, a casa do rei e a razão do Estado.

Com o passar do tempo, já no século XIV, a figura particularista do rei é substituída por uma palavra abstrata, que designa o patrimônio do rei (domínio da coroa ou rendas da coroa). Junto à ideia de coroa, a ideia de uma instância autônoma, independente da pessoa do rei, ganha força.

Convivem, dessa forma, dois modos de reprodução mutuamente exclusivos: o modo de reprodução burocrático, ligado ao sistema escolar, à competência e ao mérito; e o modo de reprodução dinástico, genealógico. Nesse sentido, pensar a gênese do Estado é pensar a gênese de um grupo de pessoas a ele associadas, que têm interesse em seu funcionamento. Na

³ Apesar de Bourdieu (2005; 2007) se referir aos campos político e burocrático de maneira distinta, preferimos caracterizá-lo como político/burocrático, uma vez que entendemos que o produto do campo – as políticas públicas –, é fruto de um processo indistintamente político e burocrático.

sua conformação dinástica, institui “a apropriação privada dos recursos públicos por poucos” (BOURDIEU, 2005, p. 57). A ruptura se dará mais tarde, com a consolidação do processo de burocratização. A primeira diferença entre público e privado se dá na esfera do poder. Segundo Bourdieu (2005), ela conduz à constituição de uma ordem propriamente política dos poderes públicos, dotada de uma lógica própria (a razão do Estado), de valores autônomos, de linguagem específica, a distinção do doméstico (real) e do privado.

Aqui está a chave para a compreensão do campo burocrático, um espaço que supõe a dissociação da posição e de seu ocupante, da função e do funcionário, do interesse público e dos interesses privados. Segundo Bourdieu (2005), o processo de ruptura com o Estado dinástico assume a forma de dissociação entre o *imperium* (poder público) e o *dominium* (poder privado); entre a praça, o fórum, a ágora, lugar de convergência do povo reunido, e o palácio.

O alargamento das cadeias de interdependência (ELIAS, 2005), ou da cadeia de autoridades-responsabilidades (BOURDIEU, 2005), no interior do campo burocrático, ou seja, a instituição de um campo administrativo relativamente autônomo, independente da política (negação) e da economia (desinteresse), e obediente à lógica específica do “público”, se estrutura a partir do crescente nível de interdependência e numa certa reciprocidade, nas próprias relações hierárquicas entre os agentes. Quanto mais crescer o poder de um dirigente, por exemplo, mais crescerá sua dependência em relação a toda uma rede de etapas de execução. Sob determinado aspecto, a liberdade e a responsabilidade de cada agente se reduz, até se dissolver completamente no campo. Sob outro aspecto, ele cresce à medida que cada um é constrangido a agir de maneira responsável, sob a proteção e controle de todos os outros participantes do campo (BOURDIEU, 2005).

Esse emergente campo burocrático se sobrepõe a todos os demais, sendo inquestionável sua importância para toda a vida social (CARNOY, 1990). Isso porque o Estado moderno detém o monopólio (ELIAS, 1993) ou a concentração de diferentes tipos de capital (BOURDIEU, 2007) – tais como capital de força física ou de instrumentos de coerção (polícia, exército), capital econômico, cultural e simbólico. Nesse sentido, o campo burocrático apresenta-se como um metacampo, em que se concentram vários tipos de capital (metacapital), com poder sobre outros tipos de capital e sobre os seus detentores. Dada sua condição superior, deveria ser um espaço de predomínio dos interesses públicos, e lócus de intensas disputas pelo seu controle. É paradoxal a convivência de interesses públicos e privados nesse espaço. “A dissociação da função e da pessoa só se opera pouco a pouco, como se o campo burocrático estivesse sempre dividido entre o princípio dinástico (ou pessoal) e o princípio jurídico (ou impessoal)” (BOURDIEU, 2005, p. 68).

Portanto, nada é mais impreciso do que a dissociação entre o interesse público e privado, do sacrifício aos interesses egoístas e privados, em função do poder público. Até porque a gênese da ordem pública vem acompanhada da aparição e acumulação de um “capital público” (BOURDIEU, 2005, p. 68), bem como da emergência do campo burocrático, enquanto espaço de luta pelo controle desse capital e do poder correlato a ele. Segundo Bourdieu (2007), segue-se que a construção do Estado está em pé de igualdade com a construção do campo do poder, entendido como espaço de jogo, no qual os detentores de capital lutam particularmente pelo poder sobre o Estado, isto é, sobre o capital público ou estatal, que assegura o poder sobre os diferentes tipos de capital e sobre sua reprodução. Esse processo de busca da acumulação do capital público ou estatal é político e se opera por meio da política, seja ela partidária ou burocrática. O objeto de disputa do campo

político/burocrático, portanto, é a acumulação do capital político, que dá acesso ao capital público ou estatal, e vice-versa, bem como a todas as vantagens decorrentes desse acúmulo.

Apesar de Elias e Bourdieu se referirem ao surgimento do Estado moderno e à consolidação do campo burocrático, tendo como base o contexto europeu, as reflexões sobre o que vem a ser esse espaço social, porque surgiu e quais os interesses em jogo, ajudam-nos a pensar o subcampo político/burocrático em análise.

No Brasil, a consolidação de um campo político/burocrático se dá durante o Estado Novo, quando o Estado passa a gerenciar e controlar grande parte das áreas sociais⁴. Foi decretado pelo governo da época que passaria a ser o Estado o protagonista da sociedade brasileira, concentrando o poder que estava mais difuso em vários estratos da sociedade.

Cada área no interior do campo político/burocrático, por sua vez, pode ser entendida como um subcampo político/burocrático, em que as especificidades da área de atuação do Estado delimitam o espaço social de atuação dos agentes a ela vinculados.

O subcampo político/burocrático do esporte no Brasil

O subcampo político/burocrático do esporte, que emerge a partir da década de 1930 no Brasil e consolida-se durante todo o século XX e início do XXI, é por princípio um espaço de coexistência de interesses públicos e privados. É como se apresentasse semelhante a uma balança, que ora pende aos interesses particularistas, ora pende aos interesses coletivos, públicos, muitas vezes chamados de interesses nacionais.

Sob essa égide, o Estado brasileiro regulamentou o esporte no Brasil, na década de 1940. O Estado passa a controlar uma manifestação social (o esporte), que até então constituía uma prática de lazer de grupos sociais específicos, e dá a ele uma conotação de bem público, que deveria ser utilizado como forma de representação nacional, ferramenta para consolidar um *habitus*, comum aos brasileiros (nacionalismo), ou ainda um símbolo do desenvolvimento e modernidade da nação (BUENO, 2008; LINHALES, 1996; MEZZADRI, 2000). Segundo Bourdieu (2007), em nossas sociedades, o Estado contribui de maneira determinante na produção e reprodução dos instrumentos de construção da realidade social. Enquanto estrutura organizacional e instância reguladora de práticas, ele exerce uma ação formadora de disposições duradouras, por meio de todo controle e disciplinas que impõe ao conjunto de agentes.

Através do enquadramento que impõe às práticas, o Estado instaura e inculca formas e categorias de percepção e de pensamento comuns, quadros sociais de percepção, da compreensão ou da memória, estruturas mentais, formas estatais de classificação.

⁴ Esse projeto político-ideológico utilizaria do esporte na contribuição no alcance de alguns dos objetivos propostos pelo Estado Novo, principalmente na centralização do poder e na formação da identidade nacional (MEZZADRI, 2000). Segundo Mazo (2005), o projeto nacionalista buscava a homogeneização cultural, sendo contrário a qualquer manifestação pluralista e diversificada. Naquele período acentuou-se a preocupação com a formação da identidade cultural brasileira, pois como pontuou Ortiz (1994), o Brasil não tinha uma identidade e, portanto, não tinha uma nação. Não havia uma imagem de povo brasileiro, mas sim, um Estado composto de governo e território. Frente a esta situação, o Estado brasileiro assumiu características intervencionistas, enquanto promotor de políticas culturais e educacionais destinadas a construir a nação brasileira, dentre elas aquelas voltadas ao esporte.

E cria, assim, as condições de uma espécie de orquestração imediata de *habitus* que é, ela própria, o fundamento de uma espécie de consenso sobre esse conjunto de evidências compartilhadas, constitutivas do senso comum (BOURDIEU, 2007, p. 116-7).

O esporte, um fenômeno social, que trazia prioritariamente interesses particulares, é forjado a carregar a bandeira do bem público, visando especialmente à constituição de um *habitus* nacional. Como contrapartida, o Estado oferece financiamento aos atletas e às instituições de promoção do esporte, instaurando uma dependência tutelar do campo esportivo⁵ ao campo político/burocrático.

Além disso, os agentes do campo político/burocrático, que se envolveram com o esporte, perceberam ser este um meio muito eficaz para aperfeiçoar o acúmulo de capital público ou político, já que a natureza do esporte carrega consigo signos de amizade, companheirismo, descontração, além do próprio apelo popular, que fazia com que esses agentes tivessem grande visibilidade junto à sociedade brasileira. A subordinação do campo esportivo ao campo político/burocrático, sob a justificativa da prevalência da lógica do Estado (pública), rapidamente passa a ser pautada, também, por interesses individuais daqueles agentes envolvidos com o esporte no âmbito estatal.

Consolidada a presença do Estado no campo esportivo, e instaurado um curto período democrático no Brasil, os agentes acomodados à situação, cada um com seu interesse, aperfeiçoaram o uso privado do espaço público, por meio de práticas clientelistas (BUENO, 2008; LINHALES, 1996). Apesar de ser um período de maior liberdade individual, o poder concentrado e a lógica de Estado já haviam sido naturalizados pela sociedade. Afinal, segundo Bourdieu (2007, p. 119),

O Estado não tem, necessariamente, necessidade de dar ordens, ou de exercer coersão física, para produzir um mundo social ordenado: pelo menos enquanto puder produzir estruturas cognitivas incorporadas que estejam em consonância com as estruturas objetivas, assegurando assim a [...] submissão *dóxica* à ordem estabelecida.

A ação dos agentes não caminhou no sentido de fazer valer seu maior potencial de poder (ELIAS, 2005) perante o Estado; mas, sim, no de barganhar junto aos concentradores do poder uma parte deste. As regras do jogo estavam postas e foram mantidas, pois condiziam com os interesses particularistas de acumulação de capital público pelos agentes, no interior do subcampo político/burocrático do esporte.

Mais tarde, durante o regime militar no Brasil, a balança de poder passa a pesar de maneira bastante acentuada a favor do Estado, que volta a dominar, através do uso do monopólio da força física, grande parte dos campos sociais. No campo esportivo pouca coisa

⁵ O campo esportivo é um dos espaços sociais que receberam o trato analítico na produção sociológica de Pierre Bourdieu. De acordo Gebara (1995) os textos “Como é possível ser Esportivo?” (1983) e “Programa para uma Sociologia do Esporte” (1990), de autoria do referido sociólogo, fundamentam uma perspectiva de abordagem para o esporte moderno. Sucintamente falando, o campo esportivo é produto da história das práticas esportivas e sociais que o constituem e das disposições que nele se privilegiam.

mudou. A dimensão jurídica *polity*⁶ teve apenas ajustes marginais através da legislação esportiva da década de 1970. Sob a justificativa dos interesses coletivos, nacionais, que no fundo eram interesses privados (*doxa*) daqueles que controlavam o Estado (os militares), o esporte serviu às intenções nacionalistas, de inserção internacional do país, e como forma de referendar o sucesso do sistema político vigente (CASTELLANI FILHO, 1988; VERONEZ, 2005).

A *doxa* é um ponto de vista particular, o ponto de vista dos dominantes, que se apresenta e se impõe como ponto de vista universal; o ponto de vista daqueles que dominam dominando o Estado e que constituíram seu ponto de vista em ponto de vista universal ao criarem o Estado (BOURDIEU, 2007, p. 120).

De acordo com Bourdieu (2007), o Estado, dada sua condição de predominância na sociedade, neste caso, potencializada pelo uso da força física, além de impor sua *doxa*, contribui decisivamente para a construção do nacionalismo. O Estado contribui para a unificação do mercado cultural ao unificar todos os códigos e ao realizar a homogeneização das formas de comunicação. Por meio dos sistemas de classificação, inscritos no direito, nos procedimentos burocráticos, nas estruturas escolares e nos rituais sociais, o Estado “molda as estruturas mentais e impõe princípios de visão e de divisão comuns [...] contribuindo para a construção do que designamos comumente como identidade nacional [...] ou o caráter nacional” (BOURDIEU, 2007, p. 105).

Há a emergência de inúmeros planos, diretrizes e projetos do Estado relacionados ao esporte, com ênfase no de alto rendimento (ápice e finalidade do modelo piramidal de desenvolvimento do esporte) e melhora da aptidão física da população. Para tanto, investe-se no esporte educacional, especialmente no interior das escolas, e no esporte participativo, em espaços não-formais, atingindo especialmente os não-escolares, como no caso do Esporte Para Todos – EPT (LINHALES, 1996).

Dada a relação íntima entre o Estado e o esporte, ou entre o campo político/burocrático e o campo esportivo durante o regime militar, com a queda do regime, o esporte carregou consigo o estigma da ordem, disciplina e hierarquia, próprio dos militares. Na transição para a democracia, porém, o esporte, especialmente pela imposição dos interesses econômicos, transmutou-se, passando de ferramenta de construção do *habitus* comum, o nacionalismo, para fonte de recursos a ser explorada pela iniciativa privada (VERONEZ, 2005). Caberia, nesse momento, ao Estado reconhecê-lo como direito social e dar conta de promovê-lo em suas manifestações não-comerciais. Esse processo, todavia, foi conflituoso e demorado, sendo necessária quase uma década para que fosse reformulada a dimensão jurídica *polity*, por meio da inserção do esporte no texto constitucional e da elaboração da legislação infraconstitucional. A relação com o Estado, que era pautada quase que exclusivamente na troca de favores e dependência tutelar, passa gradativamente a dar espaço a relações mais complexas, institucionais, envolvendo os poderes Legislativo e Executivo. Constituem-se *policy network* e *issue network* (FREY, 2000) institucionalizadas

⁶ Na língua portuguesa, a palavra política pode ter variadas conotações, que no fundo se referem a diferentes etapas do processo político. Na língua inglesa, há diferenciação, através dos termos *polity*, *politics* e *policy*. Sumariamente, o primeiro termo designa as instituições políticas; o segundo, os processos políticos; e o último os conteúdos da política (FREY, 2000).

em torno do esporte, porém, ainda muito pautadas nas relações Estado-esporte, construídas no decorrer de mais de quarenta anos desde o Estado Novo. Relações essas permeadas muito mais por interesses individuais do que coletivos e públicos.

O interessante é que os grupos que mais se opunham à relação paternalista do esporte com o Estado não tiveram capacidade de organização e mobilização, para fazer com que seus interesses fossem representados junto ao Estado. Com isso, o esporte de alto rendimento, detentor de um potencial econômico muito grande, continuou a ser o principal alvo da atuação do Estado (BUENO, 2008; VERONEZ, 2005), apesar de o esporte educacional e o de participação contarem, sempre, com alguma iniciativa do Estado em seu favor, mesmo que com baixos orçamentos e descontinuidade nas ações.

Pensando relacionalmente, pode-se dizer que o esporte, enquanto subcampo político/burocrático, está em uma posição desprivilegiada em relação ao campo do poder, assim como outras políticas sociais. Estaria, segundo Bourdieu (1998), na mão esquerda do Estado. Ainda de acordo com o autor, a mão esquerda do Estado representa os agentes e estruturas das áreas de atuação relacionadas às políticas sociais; enquanto a mão direita é representada pelos ministérios relacionados à economia, como os bancos e agentes dos gabinetes ministeriais da área econômica. Essas são as instituições e agentes que caracterizam as lutas principais dentro do campo político/burocrático, no qual, sob a análise do capital econômico, a mão direita é dominante e a mão esquerda dominada, constantemente lutando entre si pela dominância, sob análise do capital simbólico (BOURDIEU, 1998). O esporte, na mão esquerda do Estado, é tido especialmente como meio de compensação das distorções do sistema capitalista, responsável por “exercer as funções ditas ‘sociais’ – isto é, compensar, sem dispor de todos os meios necessários, os efeitos e carências mais intoleráveis da lógica do mercado” (BOURDIEU, 2003, p. 218).

Porém, se pensarmos especificamente no subcampo político/burocrático do esporte no Brasil, temos o esporte de alto rendimento profissional numa situação de dominância, ou na mão direita (ALMEIDA, 2010); enquanto o esporte educacional e o esporte participação se encontram numa posição dominada, ou na mão esquerda (ALMEIDA, 2010) do Estado, sob o viés do capital econômico. Do ponto de vista simbólico, a disputa entre os representantes das diferentes manifestações esportivas está posta, porém, dada a inserção social e prestígio atribuído ao esporte de alto rendimento, pode-se adiantar que, também do ponto de vista simbólico, este é dominante.

Essa dominância foi observada no subcampo político/burocrático do esporte no Brasil, durante as décadas de 1990 e 2000. Apesar de o esporte ter ganhado relativo espaço na agenda pública – inclusive com a criação de um ministério específico –, as ações e, principalmente, o orçamento público do esporte têm garantido a prevalência do esporte de alto rendimento, em relação às demais manifestações esportivas (VERONEZ, 2005; BUENO, 2008). A dimensão jurídica *polity* (Lei Zico, Lei Pelé, Lei Agnelo-Piva, Estatuto do Torcedor, entre outras), bem como as *politics* e *polity* efetivadas no período (especialmente, os programas voltados ao esporte olímpico e a organização de megaeventos esportivos) corroboram essa constatação.

E a questão que fica é: por que o esporte de alto rendimento, privilegiado desde a gênese do subcampo político/burocrático do esporte no Brasil, continua tendo prioridade na intervenção estatal até hoje?

Bueno (2008, p. 259), ao tentar responder o questionamento do porquê do predomínio do esporte de alto rendimento (EAR), conclui, levando em conta o orçamento para as diferentes manifestações esportivas, que “a coalizão pró-EAR continua muito forte e até

aumentou sua predominância do governo FHC ao período Lula”. Também aponta que, dificilmente, uma aliança a favor do esporte educacional e de participação possa influenciar a agenda pública do esporte no Brasil, uma vez que sua representação é consideravelmente menor em órgãos consultivos e deliberativos do esporte. Finalmente, Bueno (2008, p. 260) pontua que o caminho adotado pelo Ministério do Esporte, em privilegiar o esporte de rendimento, levou em conta que o “melhor investimento político foi o do maior apoio e fortalecimento do EAR devido sua inigualável capacidade midiática e de mobilização popular, o que significa popularidade ao governo”.

Em relação ao último ponto levantado por Bueno (2008), evocando a lógica inerente ao campo político/burocrático, em que os agentes por vezes agem de maneira particular dentro do espaço público, buscando especialmente o acúmulo de capital estatal, entende-se que as opções pelo esporte de alto rendimento são totalmente coerentes, uma vez que essa manifestação é a que potencialmente gera maiores lucros a quem a promove. Tanto isso é verdade que é exatamente nesse nicho que atuam as forças comerciais do esporte, buscando a maximização dos lucros materiais. O mesmo vale para os agentes do campo burocrático, que lucram, por meio de outras formas de capital, mais com o esporte de rendimento.

Mais do que isso, não basta investir apenas no esporte de alto rendimento, que por si só já tem grande apelo simbólico – a atuação do Estado no esporte tem, nos últimos anos, privilegiado aquilo que Melo e Peres (2005) chamam de espetacularização das políticas públicas. A política de apoio a megaeventos esportivos e mesmo a outros eventos menores, mas com caráter espetacularizado, antes já imersos na lógica do acúmulo de capital e ao fortalecimento das estratégias de negócios, se articula coerentemente com a lógica de acúmulo de capital dos políticos e gestores públicos, que passam a ver o esporte enquanto grande negócio, e, infelizmente, não como direito social.

Considerações finais

O presente trabalho buscou avançar na caracterização, composição e desenvolvimento do subcampo político/burocrático do esporte no Brasil. Para tanto destacamos que o processo de surgimento do Estado, na sua forma dinástica depois burocrática, do Estado reduzido à casa do rei para o Estado constituído como campo de forças e campo de lutas, foi algo longo e complexo. No Brasil, a consolidação de um campo político/burocrático se deu apenas durante o Estado Novo, quando o Estado passa a gerenciar e controlar grande parte das áreas sociais. Nesse momento histórico, seguindo o movimento mais geral da política, houve a emergência do subcampo político/burocrático do esporte, composto por inúmeras instituições, agentes e objetos em disputa. O subcampo, apesar de suas diferentes conformações no decorrer da história, tende a se apresentar como um espaço de hegemonia do Estado; de dependência tutelar dos demais agentes e instituições ao Estado; e de predomínio das ações voltadas ao esporte de alto rendimento. Mais recentemente, ganha espaço no subcampo o processo de espetacularização das políticas públicas, em especial por meio da realização dos megaeventos esportivos.

Enfim, esperamos com esse debate, apresentar um caminho teórico-metodológico de análise das políticas públicas de esporte, amparado nos pressupostos de Pierre Bourdieu, enquanto alternativa às perspectivas atomistas e a holísticas.

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE EN BRASIL: UNA LECTURA DEL CONCEPTO DE (SUB) CAMPO

Resumen

Este ensayo analiza cómo era la apariencia, la composición y las características del sub-campo político/burocrático deporte en Brasil, a la luz de la sociología reflexiva de Pierre Bourdieu.

Palabras clave: Políticas públicas, deporte, el subcampo político/burocrático.

LAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE DEPORTE EN BRASIL: UNA LECTURA A PARTIR DE LA NOCIÓN DE (SUB) CAMPO

Resumen

Este ensayo pretende discutir cómo se dio el surgimiento, composición y características del sub-campo político/ burocrático del deporte en Brasil, a la luz de la sociología reflexiva de Pierre Bourdieu.

Palabras clave: Políticas públicas, Deporte, Sub-campo político/ burocrático.

Referências

ALMEIDA, B. S. de. **O financiamento do esporte olímpico e suas relações com a política no Brasil**. Curitiba, 2010. Dissertação (Mestrado em Educação Física) - Universidade Federal do Paraná, 2010.

AMARAL, S. C. F; PEREIRA, A. P. C. Reflexões sobre a produção em políticas públicas de Educação Física, esporte e lazer. **Revista Brasileira de Ciências do Esporte**, v. 31, n. 1. Campinas: Autores Associados, 2009.

ARRETCHE, M. T. Dossiê agenda de pesquisas em políticas públicas. **Revista brasileira de Ciências Sociais**, vol. 18, n. 51, fev. 2003, p. 07-10.

BOURDIEU, P. Como é possível ser esportivo? In: **Questões de Sociologia**. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1983.

_____. Programa para uma Sociologia do Esporte. In: **Coisas ditas**. São Paulo: Brasiliense, 2000.

_____. **Contrafogos: táticas para enfrentar a invasão neoliberal**. Trad. Lucy Magalhães. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1998.

_____ (Coord.). **Miséria do Mundo**. Trad. Mateus S. Soares Azevedo *et al.* 5. ed. Petrópolis, RJ: Vozes, 2003.

_____. A casa do rei à razão de Estado: um modelo da gênese do campo burocrático. In: WACQUANT, L. **O mistério do ministério – Pierre Bourdieu e a política democrática**. Loïc Wacquant (Org.) – Rio de Janeiro: Revan, 2005, p. 41-70.

_____. Espíritos de Estado: gênese e estrutura do campo burocrático. In: **Razões práticas: sobre a teoria da ação/Pierre Bourdieu; Tradução: Mariza Corrêa – Campinas, SP: Papyrus, 2007, p. 91-135.**

BUENO, L. **Políticas públicas do esporte no Brasil: razões para o predomínio do alto rendimento.** Tese (Doutorado em Administração Pública e Governo) - Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. São Paulo, 2008.

CARNOY, M. **Estado e Teoria Política.** 3. ed. Campinas, SP: Papirus. 1990.

CASTELLANI FILHO, L. **Educação física no Brasil: a história que não se conta.** Campinas: Papirus, 1988.

DAMASCENO, L. G. Notas sobre trabalho e tempo livre: implicações para as políticas sociais de lazer. In: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Salvador: CBCE, 2009.

ELIAS, N. **O Processo Civilizador.** – v.2 – Rio de Janeiro: Zahar, 1993.

_____. **Introdução à sociologia.** São Paulo: Edições 70, 2005.

FREY, K. Políticas públicas: um debate conceitual e reflexões referentes à prática da análise de políticas públicas no Brasil. In: **Planejamento e políticas públicas.** Brasília, n. 21, p. 211-259, jun 2000.

GEBARA, A. Esportes: Cem anos de História. In: **Anais do III Encontro Nacional de História do Esporte, Lazer e Educação Física.** Coletânea, Curitiba, 1995.

HÚNGARO, E. M. As transformações sociais recentes e as políticas sociais: pressupostos para se pensar o esporte e o lazer como direitos sociais na contemporaneidade. In: **Anais do XIV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] I Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Porto Alegre: CBCE, 2005.

HÚNGARO, V.; MELO, L. L. de. A formação continuada no programa esporte e lazer da cidade: emancipação ou reprodução. In: **Anais do XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] II Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte.** Recife: CBCE, 2007.

LINHALES, M. A. **A trajetória política do esporte no Brasil: interesses envolvidos, setores excluídos.** Dissertação (Ciência Política) - Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 1996.

MARCHI JR., W. **“Sacando” o voleibol: do amadorismo à espetacularização da modalidade no Brasil (1970-2000).** Tese (Doutorado em Educação Física) - Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2001.

MAZO, J. Memórias da Escola Superior de Educação Física da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (ESEF/UFRGS): um estudo do período de sua fundação até sua federalização.

Revista Movimento, v. 11, n. 1, Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, 2005.

MELO, V. A.; PERES, F. de F. A cidade e o lazer: as desigualdades sócio-espaciais na distribuição dos equipamentos culturais na cidade do Rio de Janeiro e a construção de um indicador que oriente as ações em políticas públicas. **Revista Movimento**, v. 11, n. 3. Porto Alegre: Escola de Educação Física da UFRGS, setembro de 2005.

MENICUCCI, T. Políticas Públicas de lazer. Questões analíticas e desafios políticos. *In*: ISAYAMA, H. F., LINHALES, M. A. **Sobre Lazer e Política**: maneiras de ver, maneiras de fazer. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2006. p.136-164. 2006.

MEZZADRI, F. M. **A estrutura esportiva no Estado do Paraná: da formação dos clubes as atuais políticas governamentais**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2000.

ORTIZ, R. **Pierre Bourdieu**. São Paulo: Ática, 1994.

PINTO, A. L. S.; NUNES, J. R.; ALMEIDA, R. S. de. A política cultural do governo Lula: necessidade de superação para além do segundo tempo. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte/Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

STAREPRAVO, F. A.; NUNES, R. J. S.; MARCHI JR., W. Agenda de pesquisa em políticas públicas de esporte e lazer: uma leitura a partir do GTT de Políticas Públicas no XV Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte. *In*: **Anais do XVI Congresso Brasileiro de Ciências do Esporte [e] III Congresso Internacional de Ciências do Esporte / Colégio Brasileiro de Ciências do Esporte**. Salvador: CBCE, 2009.

VERONEZ, L. F. **Quando o Estado joga a favor do privado: as políticas de esporte após a Constituição Federal de 1988**. Tese (Doutorado em Educação Física) – Faculdade de Educação Física, Universidade Estadual de Campinas. Campinas. Campinas, 2005.

.....
Recebido em: 24/11/2013

Revisado em: 30/10/2015

Aprovado em: 27/11/2014

Endereço para correspondência:

fernando.starepravo@hotmail.com

Fernando Augusto Starepravo

Universidade Estadual de Maringá, Centro de Ciências Biológicas, Departamento de Educação Física.
Avenida Colombo, 5.790 - Campus Universitário

Centro

87020-900 - Maringá, PR - Brasil